

Dívida interna ^{pública} será paga com desestatização

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi discutida ontem na Comissão Mista de Orçamento do Congresso e seria votada de madrugada, determina que todo o dinheiro proveniente do programa de desestatização seja exclusivamente utilizado na amortização da dívida interna. Esta emenda ao projeto do Governo foi feita pelo próprio relator da LDO, senador José Fogaça (PMDB-RS), a pedido do ministro do Planejamento, José Serra. O ministro assegurou, em exposição enviada aos parlamentares, que a meta número um para a estabilidade do plano econômico é a eliminação do déficit público.

A meta número dois, segundo Serra, é a recuperação da capacidade de investimento. E a três é o combate à pobreza. Os partidos de oposição, nas discussões de ontem, tentaram derrubar este artigo. Mas não tiveram sucesso. Os integrantes da Comissão de Orçamento passaram o dia inteiro tentando chegar a um acordo para votar o substitutivo do relator José Fogaça (PMDB-RS) à LDO 1996.

Ruralistas — A LDO precisa ser votada antes do recesso de julho, para orientar a elaboração do orçamento da União para o próximo ano. As discussões continuaram à noite e a previsão era de que a votação do substitutivo pela comissão só acontecesse de madrugada. No meio da tarde, porém, a bancada de ruralistas, com representantes de peso na comissão, já havia se acertado e obtido algumas vitórias.

O que a Comissão de Orçamento decidir, será levado hoje para votação no plenário da Câmara. Dos cinco pontos que geravam polêmica, ontem, dois preocupavam os ruralistas. Mas graças a um acordo, eles conseguiram mudanças na redação do substitutivo. “Ganhamos. Ganhamos de novo”, comemorou o deputado Abelardo Lupion (PFL-PR).

Os ruralistas conseguiram excluir a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) da regra do artigo 14, segundo o qual só podem receber investimentos estatais as autarquias e empresas públicas que estiverem em dia com pagamento de pessoal, encargos sociais e dívidas. Outros deputados, de vários partidos, tentavam excluir também as universidades destas restrições. Os ruralistas conseguiram manter no orçamento as receitas destinadas a empréstimos e financiamentos agrícolas.